



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

AUDIÊNCIA **Jornal da Cidade 16/05/2015**

## Falta de água: MP discute problemas

Uma audiência pública foi realizada na manhã de ontem no Ministério Público Estadual para discutir os problemas ocasionados em virtude do rompimento da adutora do São Francisco na ponte de Pedra Branca, em Laranjeiras. A audiência foi convocada pela promotora dos Direitos do Consumidor, Euza Missano, que na ocasião ouviu todos os órgãos presentes já que há a preocupação dos danos causados para a população que por sete dias ficou totalmente desabastecida, além dos perigos por conta do possível consumo de água imprópria.

Euza explicou que esta segunda audiência realizada serviu para tomar os depoimentos e apresentada a Deso propostas para que pudesse fazer um ajuste no sentido que a população não sofresse qualquer forma de prejuízo moral, já que o material já houve. O MP irá informar ao poder judiciário essa situação para que os consumidores não sofram qualquer forma de prejuízo. “O MP passará a tomar as medidas pertinentes para tentar resguardar os direitos dos consumidores, o que diz respeito não somente aos prejuízos ocorridos e que certamente virão nas contas dos consumidores, mas também pelos danos morais sofridos, até mesmo com relação à saúde pela aquisição de água”, explicou.

Segundo o representante da Deso, até a segunda-feira, 18, todas as áreas afetadas terão a reposição de água normalizada. No entanto, ele não soube precisar se com a mesma vazão. Quanto à recuperação da adutora, foi informada que é a obra é executada é emergencial e paliativa e que a obra definitiva e o prazo para conclusão deverá ser informada pela direção da Deso. Sobre a religação da água, foi dito que esta ocorrendo de forma gradativa para evitar que a pressão interfira na celeridade do reestabelecimento da água, além da alteração dos hidrômetros, uma vez que a pressão desenvolvida nas tubulações não altera a leitura. Foi informado ainda que os prédios que adquiriram carro pipa não serão prejuízos nas suas contas. A Deso garantiu ainda que havia constantemente a manutenção da adutora, não sabendo informar qual órgão seria responsável pela ponte.

O diretor da Vigilância Sanitária Municipal, Ávio Brito, destacou que a preocupação do órgão foi quanto aos cuidados de armazenamento da água pela população e o possível consumo de água imprópria. Além disso, Ávio apontou falhas na comunicação da Deso que, segundo ele, não informou a população que companhia poderia fornecer água própria para a população desabastecida, o que levou as pessoas a procurarem água nos mais diversos locais sem ao menos saber a procedência. “As principais doenças que seriam causadas pelo uso de água contaminada são as diarreias e até mesmo a hepatite. Durante esse período a vigilância fiscalizou alguns carros pipa, onde colhemos a água e levamos para o laboratório para análise. verificamos ainda o transporte irregular em tanques impróprios, além da deficiência do controle de qualidade da água por parte da Deso”, disse.

O diretor do Procon Municipal, Jorge Husek, pontuou que a interrupção do fornecimento de água gera dano para o consumidor, e que o código de defesa obriga a reparação do dano. “O que nós temos orientado ao consumidor nesse período é que assim que ele receber a fatura, verifique que no período de consumo que não houve água ele procure a companhia e peça a reparação do dano, já que ele ficou dias sem receber o produto essencial que é a água, já que produto essencial não pode haver descontinuidade. E o gastos que teve com compra de água, carro pipa, também solicite o ressarcimento administrativamente na empresa, não conseguindo, pode ir ao Procon para abertura de uma reclamação fundamentada”, alerta.

Estiveram presentes na audiência representantes da Deso, Defesa Civil Municipal e Estadual, Procon Municipal, Vigilância Sanitária Municipal, OAB, e dois consumidores prejudicados por conta da falta de água.